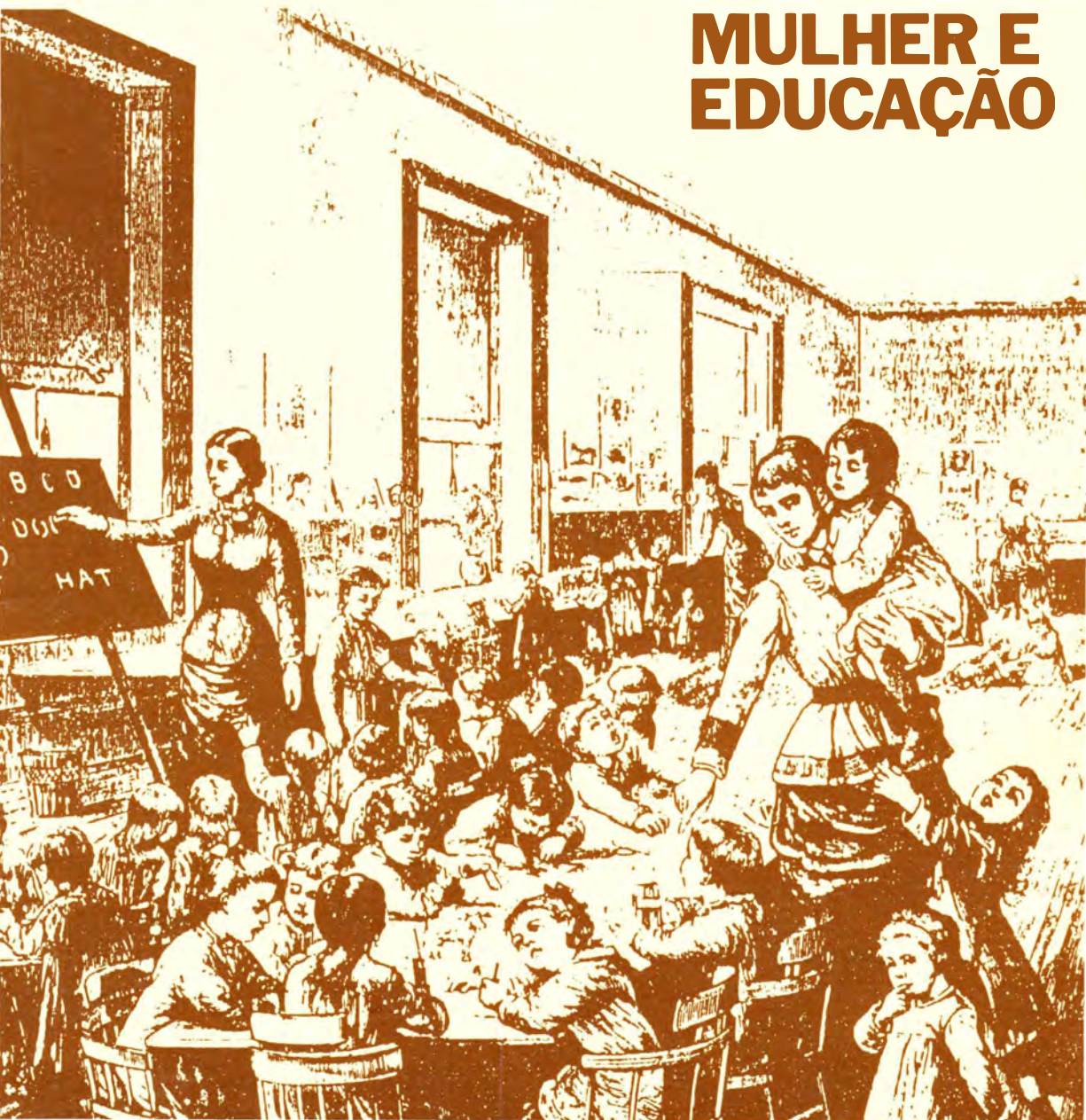


# educação & realidade

## MULHER E EDUCAÇÃO



# Mulher & Educação

educação  
&  
realidade

Número especial organizado por

Eliane Marta Teixeira Lopes (UFMG)  
Guacira Lopes Louro (UFRGS)

Gênero: uma categoria útil de análise histórica <b>Joan Scott</b>	<b>5</b>
"Histoire de Femmes": uma revisão bibliográfica <b>Ellane Marta Telxela Lopes</b>	<b>23</b>
Lembranças de velhas colonas italianas: trabalho, família e educação <b>Guacira Lopes Louro</b>	<b>33</b>
As mulheres professoras e o ensino estatal <b>Helena Costa Araújo</b>	<b>45</b>
E no princípio era o verbo...ou reflexões sobre a relação da mulher com a fala política <b>Silvana Maria Leal Cóser</b>	<b>59</b>
A Caixa de Pandora: um olhar sobre os mitos e os medos na representação da mulher <b>Cybele Croasetti de Almeida</b>	<b>67</b>
Estar no feminino: mal-estar? <b>Mônica Almeida Bellsário</b>	<b>81</b>
Como teorizar o patriarcado? <b>R. W. Connell</b>	<b>85</b>

## educação realidade<sup>®</sup>

V. 16, nº2, jul/dez 1990

**Educação & Realidade** é uma publicação semestral da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**Editores:** Alceu R. Ferrari e Rovílio Costa

**Conselho editorial:** Balduino Antonio Andreola (presidente), Alceu Ferrari, Aldaneí Areias, Fernando Becker, Maria Estela Dal Pai Franco, Mérión Campos Bordas, Norma Regina Marzola, Rosa M<sup>a</sup> Hessel Silveira, Rovílio Costa, Rute Vivian Ângelo Baquero

**Organizadoras deste número:** Eliane Marta Teixeira Lopes e Guacira Lopes Louro

**Secretária:** Jacy Busato

**Composição:** Central de Produções da Faculdade de Educação

**Editoração:** Aldo Luiz Jung

**Capa:** Kundry Lyra Klippel

### **Assinaturas e números avulsos**

Pedidos de assinaturas devem ser enviados ao seguinte endereço, juntamente com cheque cruzado em nome de **Educação e Realidade**:

Educação e Realidade  
Faculdade de Educação  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Av. Paulo da Gama, s/nº, 8º andar  
90049 – Porto Alegre – RS  
Fone (0512) 25 1067 e 27 5867  
Brasil

Assinatura para 1990: 13 BTNf

Número avulso: 8 BTNf

**No exterior, via aérea:**

Assinatura 1990: US\$ 15,00

Número avulso: US\$ 8,00

ISSN 0100 - 3143

# Lembranças de velhas colonas italianas: trabalho, família e educação

GUACIRA LOPES LOURO

**E**ste artigo apóia-se em lembranças de algumas mulheres de uma pequena comunidade italiana do Rio Grande do Sul. Seus depoimentos constituíram-se no elemento fundamental de uma pesquisa que desenvolvi, com apoio do CNPq, intitulada "A Mulher e a Educação na Antiga Colônia Italiana no Rio Grande do Sul". Aqui procuro trazer a fala destas mulheres e articulá-la a algumas reflexões.

Antes de ouvi-las, no entanto, parece ser importante fazer alguns destaques sobre o processo de imigração italiana neste estado e conhecer um pouco a comunidade onde elas viveram e vivem até hoje.

## A Colônia italiana

Foi por volta de 1875 que os italianos começaram a chegar no Rio Grande do Sul. Cinquenta anos antes deles, em 1824, haviam chegado os alemães, os quais estavam a esta época já estabelecidos. A população na província concentrava-se, no entanto, apenas na região da Depressão Central e no Litoral e uma pequena parte ficava na Encosta Inferior do Planalto. Havia, portanto, muitas terras desabitadas, especialmente nas encostas da serra. Com a diminuição do fluxo de alemães, no intuito de povoar estas regiões, o governo estimula a vinda de imigrantes de outras áreas da Europa.

Os italianos se estabelecem portanto numa região que se limita com a dos descendentes de portugueses, por um lado, e com a dos imigrantes alemães, por outro. São geralmente terras de maior altitude (de 600, 900 metros) e em muitas zonas cobertas de pinheirais, o que desestimulara os criadores de gado e agricultores. Ali eles fundam as colônias de Duque de Caxias, Dona Isabel, Conde d'Eu, as chamadas "colônias velhas" e que hoje correspondem aos municípios de Caxias do Sul, Bento Gonçalves,

Garibaldi, e, mais tarde, fundam Antonio Prado, Alfredo Chaves, Encantado e outras.

Conta Loraine Giron que "a divisão de terras, em todas as colônias, obedeceu ao sistema de glebas contínuas denominadas léguas", estas eram divididas por estradas (travessões) e a partir destes eram demarcados os lotes. Não havia qualquer regularidade tanto com relação às características dos lotes como à sua destinação, ou seja, eles eram de várias dimensões, tinham muita diversidade quanto a qualidade da terra e localização, eram de vários preços (sem que estes elementos estivessem relacionados: dimensão - qualidade - preço); e ainda eram distribuídos sem que se levasse em conta o tamanho das famílias. Segundo esta autora é provável que tenha havido muita especulação na implantação das colônias.

À época da imigração italiana, cabia ao governo provincial a maior parte do investimento para a empresa colonizadora, e este investimento era posteriormente pago pelo colono. Assim, após cinco anos, os colonos deveriam pagar suas dívidas (o lote, ferramentas, sementes). O governo imperial cobria as despesas com a viagem desde a Europa e a hospedagem dos primeiros tempos. Diz Loraine:

O cálculo das dívidas (...) era realizado considerando 30% a mais sobre o valor total do lote recebido. Este cálculo não levava em conta o número de membros da família. Para receber os títulos provisórios, da propriedade da terra, os colonos deveriam saldar 20% de seus compromissos com o Governo. Só depois de ter sido liquidada toda a dívida, seriam fornecidos os títulos definitivos das propriedades (Giron apud Dacanal e Gonzaga, 1980, p. 63).

Assim é de se supor que os colonos passaram duros anos preocupados com suas dívidas. A maioria saldou-as inteiramente, uns poucos tiveram-nas perdoadas e outros, por não paga-

rem, tiveram seus bens leiloados.

Ainda que muitos tenham vindo para o Brasil na esperança de enriquecer e voltar, para a maioria este enriquecimento não se deu, e foram muitos os que ficaram na nova terra. No sul, sua presença iria marcar um tipo novo de exploração do solo e desenvolver um novo agrupamento social (no Rio Grande haviam tradicionalmente se constituído estâncias agropecuárias – grandes extensões de terra nas mãos de poucos e ricos proprietários).

Devemos notar que ao final do século XIX, pouco tempo depois da chegada dos italianos, a criação de gado mostra-se mais ou menos estacionária no Rio Grande, com problemas de competição com a produção do Prata; nesta época já está em desenvolvimento a agricultura na zona colonial (alemã e italiana) e começando em outras áreas do estado as plantações de arroz e trigo. Também já há neste momento condições para o desenvolvimento do comércio e para a instalação das primeiras fábricas: são curtumes, sapatarias, fábricas de vinho, vinagre, etc., todos produtos ligados ao setor agropecuário.

Algumas modificações podem ser notadas no final do século na sociedade sulina. Neste processo os imigrantes têm papel significativo: como pequenos proprietários e artesãos eles vão contribuir para o desenvolvimento das camadas sociais médias e com seus agrupamentos em vilas, linhas e picadas, vão contribuir para o processo de urbanização em crescimento. É interessante observar que os imigrantes traziam para aqui experiências diversificadas. Muitos vinham do trabalho agrícola, mas outros eram operários industriais e artesãos em sua terra de origem (alfaiates, carpinteiros, ferreiros, sapateiros, funileiros, farmacêuticos, músicos, etc.).

Suas vilas e povoados se organizavam quase sempre ao redor de uma igreja católica, que geralmente dispunha de um salão recreativo e de uma escola primária paroquial. A religião era um ponto importante na vida cultural destes grupos e era ao redor da igreja que se desenvolviam as quermesses, os jogos, as reuniões para conversar e discutir.

A escola, como instituição formal de transmissão e elaboração do saber sistematizado, da cultura letrada, não era a princípio muito valorizada, nas comunidades italianas. Aí se acreditava muito mais na importância do trabalho, ou seja, se confiava mais nas próprias mãos para vencer na vida – o que era afinal a

aspiração de todos os imigrantes. Assim as tradições e valores culturais se conservaram mais oralmente do que por escrito, mas não se perderam: foram transmitidas de uma geração à outra através da família, da religião, do trabalho, da música e das festas.

Parece-me interessante ressaltar o quanto o valor do trabalho e, através dele, a conservação da terra e da pequena propriedade vão se tornar marcas significativas deste grupo social. Isso talvez ajude a entender um pouco suas atitudes, geralmente mais conservadoras do ponto de vista político e cultural.

Buscando, pois, uma comunidade que de algum modo conservasse ainda hoje mais autenticamente a vida da primitiva colônia italiana, encontrei Santa Tereza, quarto distrito de Bento Gonçalves (RS), distante da sede 30 km. Entre montes, banhada pelos rios Marrecão e Taquari, a comunidade foi fundada pelos imigrantes ao redor de 1887. Uma igreja e um campanário constituem o marco principal da praça, ao redor da qual várias construções do fim do século passado e início deste ainda se conservam. O campanário (ao estilo de Treviso e recentemente restaurado) é um orgulho da comunidade, pois foi construído pelos antigos imigrantes com tijolos feitos a mão. A igreja primitiva foi, ao contrário, destruída e em seu lugar, há uns doze anos atrás, ergueu-se uma modernosa construção.

Chega-se a Santa Tereza por duas estradas de terra, o que torna os trinta quilômetros mais lentos e talvez contribua para uma certa preservação do ritmo de vida local. Ao longo da estrada velha vêem-se casas de alvenaria (algumas modernas e ricas, a maioria simples, mas sólida); de quando em quando observam-se pequenos oratórios e algumas igrejas e capelas maiores. Dos dois lados da estrada a plantação da uva é uma constante, demarcada por plátanos. Várias escolas municipais de primeiro grau também podem ser observadas. A estrada nova atravessa uma zona muito menos habitada, embora as videiras estejam igualmente presentes por todos os lados.

Não há na localidade hotel ou restaurante; uma padaria fornece refeições aos que estão por ali de passagem. Há uma sub-prefeitura, uma agência do Banco do Estado, uma central telefônica, um posto de gasolina e um camping às margens do rio Taquari; além da Cooperativa Vinícola.

Se os mais jovens se afastam para estudar e as vezes ficam morando em centros maiores



(Bento Gonçalves, Porto Alegre, São Paulo), ainda há famílias que conseguem conservar filhos, noras e netos morando e trabalhando juntos ou muito próximos. Ao entrar em contato com algumas destas famílias – através de caminhos estreitos ou cruzando o rio de caiaque – observei que numa mesma "linha" muitos eram parentes.

Sendo o foco inicial da pesquisa a educação das mulheres nos tempos mais antigos, dirigi minha atenção para referências às primeiras escolas na região. Como muitas outras comunidades, também em Santa Tereza o primeiro "colégio" foi mantido por um professor que, conforme a lembrança dos mais velhos, atendia numa mesma sala os diferentes "livros" (adiantamentos). Segundo depoimentos, ali chegavam a estudar 70, 80 alunos. Era uma escola mista, mas poucas meninas a freqüentavam. Em 1928 foi construída na localidade a primeira escola municipal e, em 1939, começou a funcionar o Grupo Escolar Vicente Rodrigues.

Com apoio de um filho da terra (diretor do Museu do Imigrante em Bento Gonçalves) fui apresentada a algumas mulheres de Santa Tereza e com cinco delas conversei mais longamente. Foram elas: Elizabeth (89 anos), Maria (93 anos), Adelina (71 anos), Marieta (92 anos) e Anita (69 anos). Nossas conversas ocorreram em suas casas na presença de suas famílias (em três delas os maridos estavam presentes e acrescentaram comentários). Os depoimentos foram gravados (embora com algumas falhas) e não houve roteiro fixo para as entrevistas.

Nestas cinco histórias há muitos pontos em comum, mas sem dúvida o elemento que atravessa todas as recordações é o trabalho. Quando indagadas sobre a preocupação dos pais para com a sua educação, ou "que coisas" seu pai e mãe desejavam que aprendessem, as respostas da maioria delas se encaminhava para "lavar roupa, ajudar na roça, cuidar das crianças menores, costurar, fazer alguma comida", enfim para o trabalho. Esta a lembrança imediata, ou a educação mais básica e indispensável. Ouvindo um a um os depoimentos foi ficando claro para mim que o trabalho teria de ser o eixo interpretativo, ao qual a educação (e outros fatores) se articulava. A fala dessas mulheres ajudará a conhecer melhor esta realidade.

### **A Lida das Mulheres: a Roça e a Casa**

Na colônia italiana, meninas e mulheres

participavam do trabalho da roça, plantavam milho, feijão, mandioca... Da uva faziam vinho e suco para consumo próprio (não para venda), pois eram, de modo geral, de famílias pobres. Além desta atividade havia o trabalho doméstico – exclusividade feminina.

Começavam cedo nestas lidas. Conta d. Maria:

Com seis anos eu era empregada (...) para cuidar das crianças e quando elas iam dormir eu ia para cozinha fazer comida. Com cinco 'soldi' por mês (...). Isto com seis aninhos...

Possivelmente a situação de d. Maria (trabalhar na casa de outros e receber por isso) não era a mais comum. Em geral todas as mulheres desde meninas cuidavam dos irmãos menores e ajudavam a mãe nas tarefas domésticas, além do trabalho da roça.

Diferente das mulheres urbanas das camadas médias ou pequena burguesia, que identificam trabalho como trabalho fora de casa, as colonas parecem compreender de um modo mais global o trabalho ou, pelo menos, não fazem classificações e subdivisões no "seu" trabalho. Não parece haver também uma valoração diferente, já que todas as tarefas são percebidas por elas como igualmente necessárias e indispensáveis. Na roça, ao lado dos homens (maridos, irmãos, pais) exerciam todas as atividades: plantar, colher, ou mesmo montar num animal, levar uma tropa de burros e transportar o excedente da produção para ser vendido. Somado a isto estava o trabalho doméstico, as usualmente chamadas

... tarefas não remuneradas de reprodução, quer dizer, todas aquelas atividades que contribuem para que se reproduza e se reponha a força de trabalho e a unidade familiar. Estas atividades são, entre outras, a transformação e preparação dos alimentos, a criação e educação dos filhos, a atenção paramédica e psicológica, a vinculação social com outras famílias e grupos e a realização de atos cerimoniais e rituais coletivos (Arizke, L. 1986, p. 60).

O trabalho da roça era primordialmente para a própria subsistência do grupo familiar, daí provavelmente sua (quase) não distinção do trabalho doméstico. Ambos se constituem trabalhos não remunerados – pelo menos em grande parte. Talvez isto ajude a entender melhor porque estas mulheres não fazem uma classificação (hierarquizada) do trabalho fora de casa e em casa. Com exceção de uma depoen-

te (a mais jovem, Anita) que referiu ter sido seu pai um grande plantador de uva, todas as demais pareciam ter crescido com dificuldades econômicas. O excedente da roça (pouco) era vendido, com o que podiam comprar os demais produtos necessários para a vida. As evidências desta situação são muitas: o tipo de comida, a partilha dos alimentos entre os numerosos irmãos, o mesmo vestido servindo a várias irmãs (cada uma ia à missa uma vez com ele), o abandono da escola para ajudar à família e muitos outros.

Perguntada se havia diferença entre o seu trabalho e o de seus irmãos homens, D. Adelina lembra:

Trabalhavam parinho. Eu trabalhava mais na roça. Depois, com nove anos, ia na aula. De manhã, na aula, de tarde, na roça. Era uma roça de escravo, bem dizer. Boa, produzia bastante, mas tinha que carregar tudo nas costas (era morro). Comecei a ajudar meu pai desde pequena, mais na roça do que em casa. Depois chegava em casa e então tinha de ajudar minha mãe: tirando leite, varrendo o terreno...

Certamente as condições de vida eram muito difíceis para todos (o que provocou a participação de um dos maridos na entrevista, reivindicando também para si a dureza do trabalho, quando percebeu que se destacava o esforço feminino). Estes colonos que exploraram e ampliaram, à custa de muito sacrifício, lotes que seus pais ou avós receberam como imigrantes, sofreram – enquanto grupo social – o desamparo de governos que lhes prometeram apoio, ferramentas, sementes etc. e, como contam, "abriram o mato a facão". Embora pequenos proprietários, certamente fizeram, e muitos ainda fazem, parte das camadas dominadas. No entanto, dentro deste grupo há uma outra dominação, a qual, ainda que tenha algumas diferenças em relação aos grupos urbanos médios e burgueses, mantém as mesmas características daqueles. Refiro-me à dominação das mulheres e crianças pelos homens.

As mulheres da colônia trabalhavam junto com os homens, mas também, e principalmente, trabalhavam para os homens.

Quando D. Elizabeth vai se casar (aos 19 anos), o pai do seu futuro marido está viúvo com dois filhos solteiros. Recebe ela então, pelo casamento, a responsabilidade de cuidar de quatro homens adultos. Logo após começa a ter seus filhos, o que faz com que recorde que ia à roça com "um filho na barriga, outro no

colo, e outros dois segurando a barra da sala".

A responsabilidade que as mulheres assumem com relação à casa, ao chamado mundo do privado, implica não só na manutenção das condições materiais deste mundo (alimentação, vestuário, saúde, higiene etc.) como também o zelo pelo bem-estar dos que ali convivem. Pela tradição desta região, como de algumas outras, ao casar a mulher "passa" para a família do marido, ligando-se mais estreitamente a esta e, em consequência, assumindo encargos a ela referentes. É portanto "natural" dentro deste contexto a situação vivida por D. Elizabeth que, pelo casamento, passa a ter a obrigação de cuidar do pai e dos irmãos solteiros de seu marido, além, obviamente, de seus próprios filhos.

Por outro lado, talvez fosse interessante refletir um pouco sobre o sentido deste "mundo privado", pois aqui o que temos é uma sociedade em que o trabalho – atravessando a casa e a roça – liga estes mundos, ao invés de separá-los. Nas sociedades urbanas industrializadas tem-se o oposto disto, ou seja, tem-se uma clara separação entre o trabalho doméstico, não remunerado, do trabalho remunerado, fora do lar. De certo modo, aqui, o trabalho na roça é uma continuidade do trabalho da casa e, em ambos, a mulher está envolvida. Isto talvez pudesse contribuir para uma menor distinção entre mundo privado e público.

No entanto, parece-me que há algo mais, além do trabalho (remunerado), que distingue estes mundos. Há diferenças no âmbito dos contatos (já que no mundo público há o contato com "os outros" – os de fora da família), há diferenças nas possibilidades de troca (e conflitos) de idéias, influências, poderes. E estas diferenças, que denotam a maior amplitude do mundo público, parece que permaneciam privilégio dos homens, pelo menos nos primeiros tempos desta comunidade. As horas de lazer, os jogos e a conversa na "bodega" no domingo eram uma prerrogativa masculina, que possivelmente tinha como contrapartida o encontro das mulheres na igreja, ou na própria realização (coletiva) de algumas tarefas domésticas que, por força das condições da época, tinham de ser realizadas fora da casa, em lugares públicos (por exemplo, lavar roupa no rio). No entanto, entendo que, mesmo com estas alternativas, certamente havia desigualdade no tocante à "mobilidade" e aos contatos; ou seja, a possibilidade de circulação das mulheres nesta comunidade era menor do que a dos

homens.

## Poder e Autoridade

Quando D. Elizabeth está recordando sua história, ela em dado momento afirma:

Nem parece verdade o que eu fiz! Depois de quatro dias que eu ganhei ele [o filho], eu estava no rio, tinha que lavar roupa e era domingo. (...) Eu precisava trabalhar. Eu confessei uma vez que fui no padre, que eu "anche" era domingo eu tinha as vezes que lavar roupa no rio. O que ele me disse? "Deixa, faz um pouquinho escondido, para não dar exemplo ao povo"(...) Vê, não é como agora, que se tem um tanque em casa, que se lava por perto...

Eu pergunto, quase afirmando: – Pedia-se muito conselho para os padres, não é? E ela imediatamente responde, firme: "Mas é claro! Tinha alguém que entendia as coisas".

A autoridade do padre era indiscutível. Ao lado desta, outra autoridade indiscutível também era masculina: a do homem da casa (o pai ou o marido). De um modo geral, as entrevistadas afirmaram que o pai era severo, ou lembraram que com um olhar ele dizia o que queria. Algumas referiram que a mãe "mandava" mais nas crianças, mas o pai "mandava" na mãe. De certo modo havia também aqui uma divisão entre decisão e execução. O pai tomava as decisões consideradas importantes e a mãe executava essas decisões, era a disciplinadora do cotidiano. Também ela obedecia ao olhar do marido e conhecia seus significados. Na verdade era mais do que isso, a mãe introjetava a autoridade do pai, as proibições e os limites para ação e acabava ajudando a reproduzi-los. Lembra D. Adelina:

O pai era severo. Eu não posso me queixar do meu pai. Ele era severo, sim, mas não responder para ele era bom. Eu tinha uma irmã que respondia pro pai, quando ele era demais, né? Então ela respondia, mas ele não gostava dela. Eu não respondia, calava. Então assim ele gostava. Ele não gostava que ninguém respondesse. Quando ele mandava, era para fazer o serviço e não responder. Eu nunca respondia para ele. A mãe sabia. Ela me batia mais do que ele (...), mas ela era como uma irmã.

D. Adelina escolheu o silêncio para lidar com o pai. O silêncio não foi, no entanto, o caminho de sua irmã – o que aponta para os comportamentos de resistência, sempre presentes em

qualquer prática social. Resistência que, neste caso, acarretava, provavelmente, mais imposição da força do pai e também seu desafeto.

A fala sugere ainda a compreensão de que a mãe – mesmo batendo mais nos filhos – também estava submetida à autoridade do marido. "A mãe sabia" (que não podia responder). "A mãe era como uma irmã" (as mulheres percebem que têm uma identidade, têm um lugar social semelhante).

Esta situação de submissão ao homem (marido, pai) parece que não as impedia, contudo, de uma grande desenvoltura nas decisões menores do cotidiano, na organização do seu tempo e o dos filhos. Na comunidade de Santa Tereza, há referência a mulheres que sustentaram (no sentido mais amplo do termo) suas famílias, seja devido à viuvez, seja devido a um marido mais "fraco" para os negócios. Pareceram-me, contudo, que estas histórias eram contadas como excepcionais, ou, pelo menos, como fatos que fugiam à regra. Certamente essas mulheres existiram e atuaram deste modo, ou seja, foram com suas vidas a contraface do comportamento feminino da maioria. Mas as depoentes transmitiram-me uma tácita aceitação da autoridade masculina, até mesmo quando uma delas, com bom humor, fez referências jocosas e generalizadoras sobre os homens.

A hipótese que eu levantara ao projetar a pesquisa, ou seja, de que a participação feminina de modo direto na produção pudesse acarretar uma certa consciência de sua importância ou mesmo um certo poder, teve pois de ser revista. As mulheres que encontrei demonstravam consciência de sua contribuição social, tinham a percepção de que seu trabalho era "parelho" com o dos homens e ainda que era acrescido das tarefas domésticas. No entanto isto não parece ter significado para elas o poder. O poder permanecia com o homem. À propósito, Michelle Perrot (1988, p.167) faz uma distinção entre poder (com "conotação política e que designa basicamente a figura central", com autoridade, geralmente figura masculina) e poderes ("influências difusas e periféricas, onde as mulheres têm sua grande parcela").

Talvez esta fosse a parcela possível de ser exercida: os poderes discretos e difusos, as influências que, apenas sugeridas, não perturbam a manutenção do poder de fato masculino.

M. Perrot comenta vários estudos que apresentam uma "inversão" do poder, ou seja, buscam fazer uma leitura nova de diversas



sociedades e épocas para demonstrar o poder das mulheres. Num desses estudos é mencionado que a "perpetuação do 'mito' do poder masculino serve aos interesses dos dois 'gêneros'; por trás da ficção deste poder, as mulheres podem desenvolver à vontade suas próprias estratégias" (Rogers, apud Perrot, 1988, p. 117).

Mesmo desejando fazer uma leitura que destacasse o poder feminino, eu não poderia estender essas afirmações ao grupo estudado. Como a própria Suzan Rogers que, em outro estudo, teve de reconhecer mulheres com muito menos poderes, também no presente caso esta foi a situação constatada. Não percebi o poder masculino como um "mito" ou uma ficção, muito pelo contrário ele me pareceu bastante concreto.

A administração do orçamento familiar – que Perrot (1988,p.191) aponta como prerrogativa feminina – não era usualmente feita pelas mulheres na colônia. Perrot indica, por exemplo, o dia do pagamento (na situação de famílias de trabalhadores do século XIX) como "um dia de confronto entre os sexos", já que a mulher tem de estender o dinheiro para dar de comer à família. Segundo a autora, muitos operários entregavam seus salários às mulheres e elas "deixavam para eles uma pequena quantia para a bebida".

Isso não parece ter acontecido, pelo menos como norma, na colônia. Perguntada sobre a questão do dinheiro, D. Elizabeth sorri e diz que este era muito pouco, mas era o homem que cuidava dele. Seu marido toma a palavra e acrescenta: – "Quando eu me casei, ela nem sabia as diferenças dos dinheiros". E ela, justificando-se (?) diz que "tinha de trabalhar muito em casa para ajudar a mãe a cuidar dos irmãos, então..." (não pode aprender a lidar com isso).

Parece-me que há necessidade de pontuarmos as diferenças entre os dois contextos. Os estudos de Perrot tratam de mulheres urbanas, ligadas direta ou indiretamente ao trabalho das fábricas; aqui, por outro lado, nos defrontamos com um contexto rural, uma comunidade de colonos pequenos proprietários, pobres, em sua maioria.

### **A Educação: escola e religião**

O que era necessário e indispensável aprender numa comunidade como esta? Já ficou claro que fundamental eram as lides de casa, as tarefas e as habilidades da roça. Neste

contexto a escola não chega, pois, a ser vital, imprescindível (especialmente para as meninas/mulheres). No entanto, parece que a escola era desejada, pelo que se nota nos depoimentos. Diz D. Adelina:

Eu ia à escola municipal. Era na linha Leopoldina. A minha professora (...) acho que ainda está viva. Tinha mais de 3 km de estrada a pé (...). Eu fui três anos na escola. Eu comecei a escrever em 1928. Mas naquele tempo se passava um livro, outro, até o 5º livro. Depois tinha a Seleta. Eu estudava bem, ajudava bastante a minha professora. Ela tinha 40 alunos, do 1º até a Seleta. Então eu ajudava a ensinar os outros. Eu gostava da professora também e de estudar bastante. Mas como eu era a mais velha da casa, meu pai não me deixou estudar. Eu podia ter mais um ano de colégio. Ele não me deixou. Eu sofri a minha parte...

Com exceção de D. Anita, de família mais abastada e que teve um processo de escolarização mais longo, todas as demais estudaram pouco ou não foram à escola. D. Adelina foi, entre estas, a que cursou um período maior (3 anos), as outras lembram de alguns meses, ou de terem saído logo após saberem ler.

Conta D. Marieta:

Nasci do outro lado do rio. Fui à escola lá, em Monte Belo. Minha mãe me mandou para lá com minha madrinha, mas ela, antes de me mandar para escola, me segurava em casa para cuidar dos guris; e eu aprendi pouco. (...) As meninas (...) só o primário, mal e mal...

D. Elizabeth e D. Maria não foram à escola, no entanto, D. Maria conta que aprendeu sozinha a ler:

Eu sei ler um pouquinho. (...) Eu não ia à escola. Na roça (...) eu usava grampos para segurar os cabelos (...) e eu comecei a escrever [com eles] nas folhas de milho: a, e, l, o, u. Eu e minha irmã. (...) Sim, os irmãos ajudavam.

Em outro momento, ela expressa suas opiniões sobre a importância da escola:

Colégio para meninas? Éramos onze de mulher, foi uma só (...). Mas acho que era mais preciso para as mulheres do que para os homens. Por quê? Porque sim. Porque eles vão e as mulheres têm que pensar em tudo! Quem é que pensa para a cozinha, para fazer comida? Os homens não, é a mulher.

É interessante observar que as tradicionais tarefas domésticas femininas são usualmente tidas como naturais, e sobre elas geralmente não se concebe uma elaboração, ou seja, supõe-se que o cuidado das crianças, o preparo dos alimentos, etc. vinculam-se ao mundo da natureza (tido como feminino) e não ao mundo da cultura (masculino), numa divisão que liga-se às concepções mais antigas. D. Maria, com sua fala, acena para uma compreensão diferente, lembrando que as tarefas domésticas, ainda que repetitivas e cotidianas, exigem uma série de decisões e implicam em responsabilidades, para as quais não se costuma dar a devida importância. Daí ela chamar a atenção para o fato de que "as mulheres têm de pensar em tudo!"

A seguir, quando comenta que não foi à escola e aprendeu pouco, diz: "Graças a Deus eu criei meus filhos, e isto basta!"

Portanto, em relação à escola, seu depoimento parece mostrar sentimentos contraditórios. Há uma percepção de que a escola seria necessária ou importante para as mulheres, mas ao mesmo tempo há a constatação de que sem ela foi possível realizar a tarefa fundamental de sua vida: criar seus filhos.

D. Anita pode exemplificar uma trajetória diferente, por situar-se em outro estrato social. Ela classificou sua família como de "classe média baixa", mas também afirmou que seu pai era um "grande plantador de uva". Eram quatro irmãs. Por não ter "nenhum filho homem para cuidar dos negócios", decidiu então o pai deixar a plantação e foi morar na sede. Ela, que já cursara os primeiros livros, foi então junto com suas irmãs estudar no Colégio S. João, mantido por religiosas. O colégio particular, em consequência, o tipo de ensino, bem como as pretensões que o pai tinha para suas filhas são obviamente diferentes das expectativas das outras entrevistadas. Isto só reforça a idéia de que é impossível falar-se em "condição feminina", no singular, e, mesmo em se tratando do estudo de uma comunidade específica (de descendentes de italianos) não havia aqui um único ideal de mulher, mas sim diferentes condições femininas, mediadas não só pela ascendência étnica, mas pela situação de classe, história familiar etc. Importante notar também que este grupo social (como qualquer outro) transformou-se desde a sua instalação no Rio Grande do Sul e diversificou-se socialmente na medida em que as comunidades se desenvolveram, se diferenciaram, tornaram-se mais complexas as rela-

ções de produção e as visões de mundo.

Vivendo atualmente no mesmo distrito de Santa Tereza e com condições de vida aparentemente não muito diversas de algumas das entrevistadas, D. Anita tem, no entanto, uma história diferente, onde o trabalho na lavoura não foi mencionado. Seus comentários sobre educação dirigiram-se para a educação escolar, da qual ela tem uma memória bem detalhada.

O Colégio das irmãs onde foi estudar era um internato, com aula o dia inteiro (pela manhã: matemática, português...; à tarde: trabalhos manuais, ginástica...). Destaca muito o aprendizado de trabalhos manuais, "sabia fazer de tudo: tricô, crochê, filê, macramê...". É orgulhosa de suas habilidades, e também o é seu marido, que pede para que ela nos mostre suas toalhas e colchas.

D. Anita conta que o pai dizia que as filhas podiam seguir a profissão que quisessem, menos serem professoras. Explica que esta restrição era feita porque na época as professoras recém formadas não ficavam nas sedes dos municípios, e eram mandadas para as colônias e linhas. "Uma vida sacrificada, tinha de andar muitos quilômetros". Como não havia outras possibilidades de estudo para a mulher (conta que a escola de comércio era só para rapazes) ela não quis continuar estudando.

Como antes referi, D. Anita nos acena para a diversidade, para uma certa matização nas figuras femininas da região. Além de alguma diferenciação na condição social familiar, tem de ser notado que ela é a mais moça do grupo entrevistado (com 19, 20 anos de diferença de três outras depoentes) e este dado parece ser importante. A geração de mulheres imediatamente seguinte (as filhas das depoentes de 90 anos) já teve ampliadas as oportunidades de escolarização: pela existência de mais escolas públicas, por algumas melhorias de comunicação dentro da própria região e mudanças nas necessidades e aspirações do grupo familiar. Quase todas as entrevistadas contaram que suas filhas foram à escola e algumas delas se formaram (concluíram o ginásio ou normal).

Mas se havia um ponto fundamental e unificador na educação das crianças, meninos e meninas, este era a religião. A religião católica era a referência, o apoio, a orientação, a obrigação.

Na casa de D. Maria, por exemplo, cujo pai tinha um salão de baile, rezava-se o terço antes do baile. "O pai dava um sinal, fazia assim com a mão" (mostra) "rezavam o terço juntos e

depois dançavam a noite inteira".

Lembra D. Adelina:

Todas as noites, o terço. A mãe também ensinava e o vô era catequista – catecismo italiano. (...) Mesmo que se estivesse doente, tinha que rezar. Depois do terço quem tinha costura ia costurar, quem não tinha fazia trança [de corda, para fazer chapéus, e outras utilidades]. (...) A professora também ensinava religião. As primeiras orações eu aprendi com ela.

A religião era o suporte básico da educação (e, pelo respeito com que a ela se referem, ainda hoje tem um papel muito importante na vida destas mulheres), ensinava-se não só pelo exemplo, mas intencionalmente, em várias situações. D. Elizabeth lembra que, enquanto ela fazia polenta ("a mulher tem sempre mais alguma coisa para fazer, não é?"), o marido ensinava as orações para os filhos. D. Anita conta que sua mãe (que havia aprendido a ler sozinha) lia grandes romances em voz alta para as filhas (como a "vida de Santa Genoveva"). O exemplo da vida dos santos provavelmente servia como modelo para educação moral.

Nesta comunidade, nos primeiros tempos não havia condições de o padre estar presente todos os domingos, daí que a obrigação da missa não era fundamental, mas sim as orações e o terço. Quando presente, o padre era aquele que poderia dar uma orientação, um conselho seguro. Sua autoridade foi bem exemplificada por D. Elizabeth: "Tinha alguém que entendia as coisas!"

O padre, o pai, o marido, o irmão mais velho eram as autoridades que as mulheres respeitavam.

### **Ainda alguns comentários**

Nesta pesquisa a intenção primeira fora destacar a educação escolar, e o encontro com esta comunidade exemplar da antiga colônia italiana no Rio Grande do Sul me fez sentir a necessidade de alargar meu olhar; de buscar compreender a educação de modo mais global e descobrir os momentos, as formas, as intenções que ela adquiriu para este grupo de mulheres.

Compreendi que a educação ali se dava fundamentalmente no trabalho: na roça e na casa. Estava estreitamente ligada à vida cotidiana, preparando, desde muito cedo, as meninas e os meninos para as funções e tarefas que deveriam exercer quando adultos. Através da

educação afirmava-se que o esforço (físico e espiritual) era o móvel da vida; nada se alcançaria sem esforço.

As mulheres aprendiam a ser fortes (física e moralmente), a obedecer e honrar seus homens e a confiar em Deus.

O trabalho era considerado por essas mulheres o seu viver, ou, em outras palavras, era compreendido de modo global, sem diferenciações, o que parece tê-las levado a entendê-lo num continuum do âmbito doméstico ao externo e deste para aquele. Esta conceptualização de trabalho sugere a percepção, por elas, da importância das mulheres para a manutenção de suas famílias e de sua necessidade para a comunidade. No entanto isso não traz, como conseqüência, o reconhecimento de um poder feminino semelhante ao atribuído aos homens.

Eli Zaretsky (apud Sargent, 1981) considera que a separação entre a casa e o lugar de trabalho, ou seja, a privatização do trabalho doméstico e a realização do trabalho remunerado fora do lar, é que constitui a causa fundamental do grande aumento do sexismo. Para ele, o capitalismo, criando esta separação, acentuou a dominação sobre as mulheres e criou a "aparência" de que elas estão trabalhando para os homens privadamente no lar; enquanto que, na realidade, elas estão trabalhando para o capital.

Heidi Hartman (apud Sargent, 1981) questiona esta argumentação, afirmando que a própria alocação dos homens num pólo (o mercado de trabalho) e as mulheres em outro (o lar) não pode ser explicada sem referência ao patriarcado.

Creio que é importante notar que a comunidade estudada é uma comunidade agrária e que, no passado (período que foi objeto da pesquisa), experimentava um modo de produção praticamente pré-capitalista. Estas características parecem-me favorecer o entendimento na linha de Hartmann, ou seja, o patriarcado parece ser um elemento explicativo para a dominação de sexo que antecede o capitalismo e que, no meu entender, tem um poder explicativo maior. (Com isto não estou afirmando que o capitalismo não possa ter acentuado, ou mais provavelmente, modificado as formas de dominação sexista; apenas quero realçar o fato já fartamente demonstrado de a dominação da mulher ter existido – e provavelmente ainda existir – em muitas e diversas sociedades não capitalistas).

Seria então de indagar: se aqui encontramos

um grupo social no qual as mulheres exercem muitas tarefas semelhantes às dos homens, por que elas não têm uma posição mais igualitária? Algumas respostas podem ser ensaiadas.

Se neste contexto as mulheres participam do trabalho fora do lar, realizando atividades semelhantes às dos homens, deve-se notar que estes, por seu lado, não participam do trabalho dentro de casa, o qual permanece exclusivamente feminino.

Assim, ainda que nos primeiros tempos da instalação e fixação dos imigrantes as atividades de lavoura fossem fundamentalmente para subsistência (o que permite compreender a família como uma unidade de produção e consumo), as tarefas especificamente domésticas sempre foram atribuídas unicamente feminina. A pouca demarcação entre os dois tipos de trabalho, pela não remuneração (em parte) do trabalho da lavoura, pode ter conduzido a esta compreensão mais integrada do conceito de trabalho, mas não foi suficiente para romper com a forte tradição patriarcal. Assim, no patriarcado teríamos provavelmente um dado explicativo importante. Penso, no entanto, que esta é uma categoria a qual freqüentemente se recorre sem que haja preocupação em defini-la, o que talvez se deva às dificuldades teóricas que a cercam; parece-me pois necessário fazer algumas considerações.

Certamente são muitas as fontes onde poderíamos buscar uma conceituação de patriarcado. Em todas elas termos, é óbvio, uma característica comum: a idéia de uma organização ou regime social em que o pai (o homem, o chefe) exerce a maior autoridade (ou a "autoridade preponderante" cf. Dicionário do Aurélio). Na clássica obra de Engels, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, lemos que o que caracteriza a família patriarcal é "a organização de certo número de indivíduos, livres e não livres, numa família submetida ao poder paterno do chefe" (Engels, 1984, p. 95). Adiante ele lembra que a palavra família significava, em sua origem, "o conjunto de escravos pertencentes a um mesmo homem" e que, na Roma Antiga, esta expressão servia para designar "um novo organismo social, cujo chefe mantinha sob o seu poder a mulher, os filhos e certo número de escravos, com o pátrio poder romano e o direito de vida e morte sobre todos eles" (Engels, 1984, p. 96).

As feministas marxistas buscam encontrar uma base material para o patriarcado e, entre elas, a já citada Heidi Hartman afirma que esta

base é o controle que os homens têm sobre a força de trabalho das mulheres. Para ela isto cria solidariedade entre os homens e estes por sua vez conseguem manter tal controle excluindo as mulheres do acesso às fontes produtivas e restringindo sua sexualidade (Hartman, H., apud Sargent, 1981).

Numa outra perspectiva se acentuaria que o patriarcado implica na internalização, através de um processo inconsciente, das regras sociais de dominação e subordinação sexual.

Há até mesmo importantes estudiosas, como Sheila Rowbotham, que apontam problemas neste conceito. Para ela, a palavra denotaria uma forma universal e histórica de opressão o que acabaria nos remetendo às diferenças biológicas (fundamentalmente à capacidade de gestação das mulheres) e talvez obscurecesse o fato de que as diversas sociedades ao longo da história construíram e constroem diferentemente os gêneros; ou seja, Sheila entende que o conceito de patriarcado acena muito mais para a diferença sexual do que para as desigualdades sociais de gênero (Rowbotham, apud Samuel, 1981).

Se trago aqui estas ressalvas, não o faço no entanto com a intenção de descartar o conceito. Parece-me mais adequado acompanhar a reflexão de outras estudiosas que, respondendo à Sheila, indicam a necessidade de uma teoria das relações de gênero sem a qual de pouco adiantaria colecionar informações sobre as vidas atuais e passadas das mulheres, ou reunir as diversas histórias de sua opressão. Sally Alexander e Barbara Taylor afirmam que, assim como a dominação de classe, a de gênero não pode ser entendida apenas por se vivê-la. É preciso analisá-la e as teorias que têm sido desenvolvidas em torno do patriarcado são, para estas autoras, as primeiras iniciativas sistemáticas para proporcionar conceitos de análise (Alexander e Taylor, apud Samuel, 1981).

Assim, mesmo admitindo precariedades, valho-me do conceito para buscar compreender a vida destas mulheres.

Mesmo que os vínculos mais concretos de posse do homem (pai) sobre os membros da família não apareçam na maioria das sociedades contemporâneas do mesmo modo que se faziam notar nas sociedades antigas, encontramos, ainda hoje, uma autoridade masculina preponderante que em certo sentido pode ser entendida como um tipo de "posse" espiritual, e isto me parece presente no grupo estudado.

No entanto é oportuno notar também aqui que em muitas sociedades patriarcais a mulher tem posição central, no âmbito doméstico. Esta afirmação, aparentemente contraditória, é desenvolvida por Luiz Aragão, em um interessante estudo – *O nome da mãe* –, no qual ele examina a importância da família na sociedade brasileira e, dentro dela, o caráter central da categoria mãe (ou "esposa-mãe", como diz). Segundo ele, no Brasil, a família não restringe sua ação ao privado, mas invade também o plano político-cívico-social. É buscando as raízes desta tradição que ele nos remete às sociedades mediterrâneas (e dentro delas a antiga sociedade romana) para mostrar nelas o significado da família e da honra, destacando neste contexto a mãe como central. Diz ele:

Observa-se uma situação onde masculino e feminino, embora princípios antinômicos, coabitam o mesmo espaço físico e simbólico do doméstico. O fato de, nestas sociedades, um espaço particularmente sacralizado – o lar – ao mesmo tempo trazer consigo o estigma arcaico da "desordem feminina" implicaria, a nosso ver, a preocupação constante de se controlar e mesmo exorcizar o feminino. No final desse processo, e quando o consideramos em sua lógica extrema, o desfecho esperado seria o da santificação do feminino através de uma de suas figuras particulares (a mãe, no caso), paralelamente à persistência da virtualidade disruptiva da categoria feminino, considerado na sua generalidade (Aragão, 1983, p. 122).

Essas idéias fazem-me lembrar o respeito que cerca a "mamma" nas famílias de origem italiana, especialmente quando esta é a mais velha das mães (a "nona") em um grupo. Também esta tendência (do status da mãe aumentar com a idade) é referida pelo autor e nos

permite pensar sobre o menor "perigo" que a mulher idosa representa para (macular) a honra da família. Esta mulher é, sem dúvida, cercada de uma certa aura de santidade, construída também com muito "sacrifício" (mais uma palavra freqüentemente associada às mães). S e isto a reveste de respeito, no entanto não lhe confere poder. Como lembra este autor, a mãe é uma "figura particular", que de certo modo é santificada, excluída da generalidade das mulheres, mas é importante lembrar também que ao mesmo tempo persistem os aspectos desvalorizativos para o conjunto das mulheres e que, pelo menos de alguma forma, todas as mulheres compartilham desta desvalorização.

Assim, no meu entender, o caráter patriarcal desta sociedade explica porque, embora participando de várias atividades com os homens, as mulheres não compartilhavam o poder. Participar diretamente da produção não dá às mulheres a garantia da igualdade, como talvez se pudesse acreditar numa concepção marxista mais "ortodoxa". Pode ser até uma condição necessária, mas está longe de ser suficiente.

Nesta comunidade a força do patriarcado atravessava o trabalho, a educação, a religião. O respeito (e o medo) ao pai, a compreensão da identidade com a mãe, a obediência ao marido e ao padre são todos indicadores desta tradição.

Mas esta, como todas, não foi uma comunidade homogênea e estática. As resistências das mulheres, expressas ou camufladas, também ali existiram e o desejo de uma vida diferente para suas filhas pode ter sido, para muitas, uma aspiração, e talvez até para algumas delas um objetivo concretizado. O alcance destas mudanças, as possíveis transformações na condição feminina precisam, no entanto, ainda ser demonstrados.

\* \* \*

#### Referências Bibliográficas

ARAGÃO, L. "Em nome da Mãe", *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. Vol.3, R. Janeiro, Zahar, 1983.

ARIZPE, L. "Las mujeres campesinas y la crisis agraria en America Latina" *Nueva Antropología*. Mexico, vol.VIII, n.30, nov.1986.

ENGELS, F. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. S.Paulo, Global, 1984.

GIRON, L. "A Imigração Italiana no RS: Fatores determinantes", *RS: Imigração e Colonização*. Dacanal, J. e Gonzaga, S. (org.). Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.

PERROT, M. *Os excluídos da história. Operários, Mulheres e Prisioneiros*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SAMUEL, R.(ed.). *Historia Popular y Teoria Socialista*. Barcelona, Crítica e Grijalbo, 1981.

SARGENT, L. (org.). *Women and Revolution. A discussion of the unhappy marriage of marxism and feminism*. Boston, South End Press, 1981.

\* \* \*

Guacira Lopes Louro é professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.